

XXII ENACED – II SIEPEC

Eixo Temático: Educação Profissional e Tecnológica

FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL NAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO: análise a partir do Ensino Médio Integrado

Cristiani Hembecker Bonfim¹
Alberes de Siqueira Cavalcanti²

RESUMO

Esta pesquisa tem a centralidade na Formação Humana Integral enquanto um dos princípios do Ensino Médio Integrado e nas Políticas de Assistência Estudantil que são destinadas a estudantes em situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, a problemática tratou de questionar se os documentos que regulamentam as Políticas de Assistência Estudantil nos Institutos Federais de Educação revelam ou não coerência com a Formação Humana Integral. A pesquisa teve por objetivo analisar se as Políticas de Assistência Estudantil atendem aos princípios do Ensino Médio Integrado nos Institutos Federais. Trata-se de pesquisa qualitativa que adotou como procedimento analítico a Análise Textual Discursiva, numa perspectiva de abordagem dialética. Constatou-se que a Formação Humana Integral está presente nos documentos institucionais, especialmente nas diretrizes e princípios e são expressas em ações e projetos voltados à interdisciplinaridade, à participação estudantil e cidadania e à inclusão e diversidade.

Palavras-chave: Ensino Médio Integrado. Formação Humana Integral. Institutos Federais. Política de Assistência Estudantil.

INTRODUÇÃO

O presente artigo comunica parte da pesquisa realizada no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). A pesquisa objetivou investigar a atuação da equipe multiprofissional no Instituto Federal do Maranhão *campus* Buriticupu no âmbito do Ensino Médio Integrado (EMI). Nesse sentido, são abordados dois aspectos fundamentais para a atuação da equipe multiprofissional: a formação humana integral e as políticas de assistência estudantil.

Para compreensão deste contexto, cabe ressaltar alguns conceitos que apontam qual a concepção que fundamenta o Ensino Médio Integrado na perspectiva aqui adotada. Para Araújo e Frigotto (2015), o EMI é compreendido como um projeto comprometido com a formação inteira, sem fragmentações e dicotomias, uma **formação humana integral**.

¹Mestre em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), pedagoga (UNILA), cristiani.bonfim@unila.edu.br

²Doutor em Educação em Ciências (REAMEC), professor (IFMA), alberes@ifma.edu.br

Encontro Nacional de Educação (ENACED) e Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC)

XXII ENACED – II SIEPEC

Compromete-se com um currículo integrado coeso ao objetivo de uma formação humana integral. Assim também Ramos (2014) traz de modo ainda mais explícito esta concepção de EMI:

Do ponto de vista do conceito, formação integrada significa mais do que uma forma de articulação entre ensino médio e educação profissional. Ela busca recuperar, no atual contexto histórico e sob uma específica correlação de forças entre classes, a concepção de educação politécnica, de educação omnilateral e de escola unitária [...] (RAMOS, 2014, p. 197)

A análise de Ramos (2014) do conceito de integração remonta ao ser ontológico, com suas múltiplas dimensões. A partir desse conceito de Ensino Médio Integrado podemos identificar pelo menos dois fundamentos que lhes são intrínsecos: o trabalho como princípio educativo e a educação politécnica, unitária e omnilateral, ou seja, a formação humana integral.

As **políticas de assistência estudantil**, por sua vez, têm por finalidade subsidiar o acesso, a permanência e a conclusão do estudante, seja por subsídios financeiros ou não. Portanto, questiona-se se os documentos que regulam as políticas de assistência estudantil nos contribuem com a formação humana integral. Para tanto, faremos um recorte das políticas públicas da educação profissional, focalizado nas Políticas de Assistência Estudantil implementadas no Ensino Médio Integrado (EMI) dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia com o objetivo de analisar se as políticas de assistência estudantil atendem a um dos princípios do Ensino Médio Integrado, que é a formação humana integral ou omnilateral.

O EMI é regulamentado pela LDB nº 9.394/96 em seu Artigo 36-C, em que define a educação profissional articulada ao ensino médio, onde pode ser desenvolvida na forma integrada ou concomitante. Esta lei permitiu também a educação profissional na forma subsequente, destinada a quem já tenha concluído o ensino médio, daí a dualidade de concepções dentro de uma mesma legislação.

Nesse sentido, o EMI, tendo o trabalho como princípio educativo, a formação omnilateral e a politécnica torna-se um inimigo das forças políticas neoliberais que centram a formação profissional na sua dimensão técnica, reduzindo-a à finalidade de desenvolver competências e habilidades na preparação de mão de obra de nível médio. É recorrente a restrição ao acesso a uma formação de qualidade, que vise a formação humana integral e não apenas a mão de obra necessária para o mercado de trabalho, perceptível nas últimas políticas implementadas, tais como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

XXII ENACED – II SIEPEC

(Pronatec), a Reforma do Ensino Médio (Lei n. 13.415/2017), o congelamento de gastos públicos, característicos do Estado mínimo.

As políticas de assistência estudantil no aspecto mais específico, têm como maior aporte financeiro a regulamentação dada pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), através do Decreto nº 7.234/2010. Este programa prevê as seguintes áreas a serem desenvolvidas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. O objetivo do decreto é democratizar as condições de acesso e permanência, reduzir as taxas de evasão e retenção e minimizar os efeitos das desigualdades sociais.

A esse nível micro de poder, para implementação da política de assistência estudantil, foi dada autonomia a cada Instituição de Ensino Superior, para que construísse sua regulamentação própria. Nesse sentido, busca-se compreender como foi realizada a gestão desta autonomia administrativa, analisando se o documento produzido pelos Institutos Federais se limitou a contemplar tão somente os aspectos financeiros e mínimos destacados pelo PNAES ou se aproveitou desta oportunidade para construir um documento coerente aos princípios conceituais do Ensino Médio Integrado. Compreender isto, ajuda-nos a entender em que processo está a educação profissional no Brasil, uma vez que as pessoas que constroem esses documentos são gestores, técnicos, docentes e alunos que constituem o centro da formação das próximas gerações.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nessa pesquisa, utilizamos uma abordagem qualitativa, considerando o contexto educacional de imersão da pesquisa entendendo que “[...] o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida” (MYNAIO, 2009, p.21). E a análise documental é a concretização de diversos discursos que transitaram por diferentes olhares e concepções até se materializar em um documento. Portanto, nele também pode-se inferir contradições e nesse sentido, ressalta-se a utilização da abordagem dialética uma vez que coaduna com os pressupostos teóricos da pesquisa.

Para análise dos dados utilizou-se a metodologia da Análise Textual Discursiva (ATD) com base nos preceitos de Moraes e Galiazzi (2011). Para eles, a ATD é

Encontro Nacional de Educação (ENACED) e Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC)

XXII ENACED – II SIEPEC

[...] um processo integrado de análise e de síntese que se propõe a fazer uma leitura rigorosa e aprofundada de conjuntos de materiais textuais, com o objetivo de descrevê-los e interpretá-los no sentido de atingir uma compreensão mais complexa dos fenômenos e dos discursos a partir dos quais foram produzidos. (MORAES; GALIAZZI, 2007, p.136)

A partir disso, buscamos analisar os textos e discursos, através dos documentos analisados. Para compreender os sentidos existentes no discurso buscamos a sua relação exterior, do contexto, da historicidade envolvida. E nesse movimento, compreender a dialética das relações sociais, da cultura, da totalidade das relações.

O *corpus* constitui-se do conjunto de documentos a serem analisados. Considerando a autonomia das Instituições Federais para regulamentação de sua política de assistência estudantil utilizamos como *corpus* desta análise as Resoluções dos Institutos Federais de Educação (IF) que regulamentam sua Política de Assistência Estudantil (PAE).

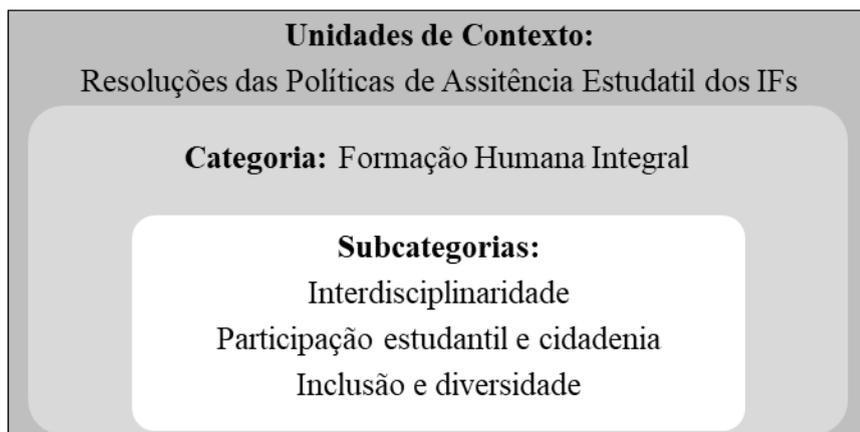
Dos 38 Institutos Federais pesquisados no período de 02 a 11 de julho de 2019, foram encontradas a resolução que trata da Política de Assistência Estudantil (PAE) em 37 deles. A pesquisa foi realizada no site oficial de cada instituição, acessando em “busca” simples com o descritor “Política de Assistência Estudantil” ou em “documentos e resoluções”, ou ainda na sessão “alunos”, conforme o *layout* de cada página institucional. Os documentos estavam dispostos nos sites de modo muito intuitivo com facilidade de acesso e transparência.

Para o processo de análise, cada uma das 37 Resoluções (*corpus*) constituiu-se nas “unidades de contexto” da ATD. Para melhor organização após a desconstrução do *corpus* foram utilizadas formas de codificação para as “unidades de contexto”. Assim, utilizamos como codificação, as letras iniciais “IF” correspondentes a “Institutos Federais”, seguida de um número sequencial. Portanto, tem-se nas unidades de contexto as codificações de IF1; IF2 [...] a IF37. A partir das unidades de contexto, são percebidas as “unidades de sentido” dos discursos e textos, que são alinhadas coerentemente a determinada categoria.

Tomando por orientação os objetivos da pesquisa, definimos a categoria “Formação Humana Integral” a fim de saber se o princípio da Formação Humana Integral que sustenta nossa perspectiva de Educação Profissional e Tecnológica está presente nos documentos analisados. O Quadro 1 apresenta a organização do processo de análise.

Quadro 1 – Quadro compreensivo do processo de análise

XXII ENACED – II SIEPEC



Fonte: autores, 2022.

A categoria “Formação Humana Integral” foi pré-definida e as subcategorias: interdisciplinaridade, participação estudantil e cidadania e inclusão e diversidade, constituíram a categoria principal.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A categoria “Formação Humana Integral” foi recorrente em todas as 37 unidades de contexto analisadas. Incluída de forma direta, especialmente nos objetivos, princípios ou diretrizes, tais como: “[...] Promover e ampliar a *formação integral do estudante*, estimulando e desenvolvendo a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios cultural, esportivo, artístico, político, científico e tecnológico” (IF3, *itálico nosso*).

Os princípios, diretrizes e objetivos de um documento ou de uma política, explicitam o eixo orientador de suas ações. Assim, é possível afirmar que em todo o *corpus* analisado está inserida a Formação Humana Integral como eixo orientador das ações, programas e projetos desenvolvidos. Isso expressa coerência entre as ações planejadas nos IFs e os princípios do Ensino Médio Integrado no sentido de se “constituir o ensino médio como num processo formativo que integre as dimensões estruturantes da vida, trabalho, ciência e cultura, abra novas perspectivas de vida para os jovens e concorra para a superação das desigualdades entre as classes sociais” (CIAVATTA; RAMOS, 2012, p. 306) como parte fundamental da educação omnilateral.

A partir das unidades de sentido referentes a categoria Formação Humana Integral pode-se inferir subcategorias expressas entre o latente e o oculto do *corpus*. Nesse sentido, destacamos três subcategorias: interdisciplinaridade; participação estudantil e cidadania, e

XXII ENACED – II SIEPEC

inclusão e diversidade. As subcategorias ratificam o mesmo sentido de explicitação e detalhamento da categoria em análise.

A interdisciplinaridade é constatada nos princípios, atividades de caráter coletivo, exposta também por meio de ações: “[...] ações que contemplem: [...] atenção à saúde, [...] acompanhamento acadêmico, compreendendo ações de caráter psicológico, pedagógico e social, numa *perspectiva interdisciplinar*” (IF31, itálico nosso). É preciso ressaltar que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um princípio das Instituições de Ensino Superior, e que “remete a algo que não existe sem a presença do outro, ou seja, o todo deixa de ser todo quando se dissocia.” (TAUCHEN, 2009, p.93). E, portanto, integrá-la às ações da Política de Assistência Estudantil a caracteriza uma ação reconstituidora “da totalidade pela relação entre os conceitos originados a partir de distintos recortes da realidade” (RAMOS, 2005, p. 116), que é próprio da ação interdisciplinar.

A participação estudantil e a cidadania são aspectos intrínsecos à Formação Humana Integral, uma vez que fomentam a formação crítica. Nesse sentido, encontramos nessa subcategoria aspectos referentes à elaboração, proposição e avaliação da Política de Assistência Estudantil: “[...] promoção da participação de docentes, técnicos-administrativos, discentes e representantes da comunidade externa na elaboração de projetos e programas” (IF36). Esses são espaços importantes para o diálogo com as juventudes. “Torna-se necessário então, levar em conta diferentes formas de oferecer aos jovens as possibilidades de compartilhar contextos que dialoguem com suas expectativas e interesses.” (CARRANO; MARTINS, 2011, p.54).

Quanto à subcategoria “Inclusão e Diversidade”, as unidades de sentido encontradas foram: “[...] viabilizar ações que possibilitem reflexões e mudanças de atitudes sobre diversidade, considerando etnia/cor, gênero, religião, orientação sexual, idade entre outros aspectos” (IF33); e “[...] proporcionar a discussão, por meio de palestras e reuniões, com a comunidade acadêmica, visando o rompimento de discriminações, indiferença e preconceitos, a fim de construir uma cultura inclusiva na Instituição” (IF9).

A concepção de inclusão aqui entendida, inclui os estudantes com deficiência ou altas habilidades, porém vai para além destes, contemplando a inclusão também daqueles que não estão em um determinado padrão social. Portanto, incluímos também a diversidade como valorização e respeito das diferentes identidades na mesma subcategoria. “A educação inclusiva supõe que o objetivo da inclusão educacional seja eliminar a exclusão social, que é

Encontro Nacional de Educação (ENACED) e Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC)

XXII ENACED – II SIEPEC

consequência de atitudes e respostas à diversidade de raça, classe social, etnia, religião, gênero e habilidade” (AINSCOW, 2009, p.11).

Depreende-se que os documentos analisados que regulamentam as Políticas de Assistência Estudantil visam a diminuição das desigualdades sociais, que é o foco das diretrizes estabelecidas no PNAES, mas a superam, no sentido de buscar o desenvolvimento da Formação Humana Integral em outras ações, programas e projetos.

Cabe ressaltar que os objetivos do PNAES estão diretamente ligados aqueles sujeitos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, haja vista o disposto em seu artigo 5º:

Art. 5º Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior. (BRASIL, 2010)

De fato, o reflexo das desigualdades sociais é a exclusão dos espaços em que há possibilidade de transformação social, de emancipação humana, espaços como o Ensino Médio Integrado. Contudo, questionamos também a necessidade de aproveitar essa “brecha” para provocar uma transformação ainda mais profunda. “Sabemos que o campo do capital é um campo de contradições e de disputas, e a existência de contradições força a abertura de “fendas” ou concessões” (SILVA; ANDRIONI; MACHADO, 2017, p.89). Outrossim, compreendemos que a atuação de profissionais de áreas diversificadas, podem utilizar desses espaços regulamentados pela instituição e abrir fendas necessárias ao processo de ruptura com o sistema exploratório e desigual vivido por nossa sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise realizada, considera-se que a Formação Humana Integral é recorrentemente citada diretamente, em objetivos, princípios e diretrizes e indiretamente, através de projetos e ações nas Políticas de Assistência Estudantil regulamentadas pelos Institutos Federais de Educação e, portanto, dialogam coerentemente com a concepção de Ensino Médio Integrado.

A ideia de formação integrada sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. [...] Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito de uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. (RAMOS, 2005, p. 85)

Encontro Nacional de Educação (ENACED) e Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC)

XXII ENACED – II SIEPEC

Assim, ao buscar uma formação que supere as divisões sociais do trabalho historicamente impostas e ao mesmo tempo entenda-se que esse ser humano é um sujeito histórico em sua totalidade, busca-se concomitantemente a Formação Humana Integral.

Considerando que o PNAES é um decreto generalizado e centrado em especificidades financeiras, os documentos dos Institutos Federais alcançaram avanços significativos, garantindo a regulamentação de uma concepção de formação integral ao estudante a partir de suas especificidades.

A pesquisa em questão se limitou à análise documental, entretanto, sabemos que há o desafio constante em todas as dimensões de políticas públicas, entre o que está escrito e o que é executado, a práxis de cada instituição. Portanto, entendemos que é pertinente a elaboração de novos estudos comparativos entre as regulamentações e o que de fato é implementado na prática institucional. Uma vez que o avanço nos documentos oficiais dessas instituições gera a expectativa de uma prática coerente por parte dos profissionais que compõem esses espaços, a fim de que possam compreender e implementar com intencionalidade tais regulamentações.

Por fim, conclui-se que este é um campo recente de pesquisa, pois até então as pesquisas relacionadas à Política de Assistência Estudantil têm enfoque na distribuição financeira, enquanto neste estudo pode-se perceber as influências das concepções de formação desejada, impressas nos projetos, ações e diretrizes descritos nos documentos analisados.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, M. Tornar a educação inclusiva: como essa tarefa deve ser conceituada. In: FAVÉRO, O. et al (Org.). **Tornar a educação inclusiva**. Brasília: UNESCO. ANPED, 2009. Disponível em: <http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/184683por.pdf> . Acesso em: 26 mar. 2022.

BRASIL. Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm . Acesso em: 15 maio 2022.

BRASIL. **Lei 9.394 de de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece Diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm . Acesso em: 10 fev. 2022.

CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues; MARTINS, Carlos Henrique dos Santos. A escola diante das culturas juvenis: reconhecer para dialogar. Educação. **Revista do Centro de Educação**, v. 36, n. 1, jan-abril, p. 43-56, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/2910>. Acesso em: 20 abril. 2022.

Encontro Nacional de Educação (ENACED) e Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC)

XXII ENACED – II SIEPEC

Clavatta, Maria; Ramos, Marise. A “era das diretrizes”: a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres. **Revista Brasileira de Educação**, v.17, n.49, jan-abr. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n49/a01v17n49.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2020.

Mynaio, Cecília. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

Moraes, Roque; Galiazzi, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva**. 2ª edição. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2007.

Ramos, Marise Nogueira. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: Frigotto, G.; Clavatta, M.; Ramos, M. N. (org.). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005. p.106 – 127.

Silva, Rose Márcia da; Andrioni, Ivonei; Machado, Ilma Ferreira. Ensino Médio Integrado: acirrar contradições e abrir brechas. **Revista Labor**. Edição Especial. Fortaleza, v.2, nº18, p.78-92, 2017. Disponível em <http://www.periodicos.ufc.br/labor/issue/view/606> . Acesso em: 05 abr. 2022.

Tauchen, Gionara. **O princípio da indissociabilidade universitária: um olhar transdisciplinar nas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão**. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.